

Precisa-se: jornalistas

LUIZ GARCIA

A formação de jornalistas profissionais poderia até ser questão interna, que resolvemos em briga de foice privada, sem permitir ao leitorado qualquer suspeita de como é feita a coisa. Mas, como a Constituinte se meteu no assunto (foi mantida pela Comissão de Sistematização a obrigatoriedade do diploma para o registro profissional), justifica-se o debate público.

Algumas bobagens têm sido ditas:

1. As escolas de jornalismo são muito ruins e estaríamos melhor sem elas.

2. As escolas são ruins porque todo o ensino superior é uma calamidade, e não há o que fazer.

3. O diploma é indispensável, por se tratar de uma vitória dos jornalistas sobre os patrões, que de outra maneira contratariam pessoas despreparadas por salários reles.

4. Nenhum diploma é necessário, porque jornalismo se aprende na prática.

Tento contraditar, baseado em monte de anos de experiência no ramo e informações superficiais sobre o meio universitário. Não discuto — ao contrário, afirmo, e com angústia — que as escolas fornecem formação deficiente. Também aceito, por óbvio, que todo o sistema vive grave crise, do Primeiro Grau em diante.

De qualquer forma, como não tenho tempo, até a semana que vem pelo menos, para salvar toda a educação no Brasil, dispense-me de cuidar da tolice número dois e passo a repelir a idéia de que não precisamos de escolas superiores de comunicação.

São necessárias, sim, por duas razões. Primeiro, porque com bons currículos, corpo docente habilitado e recursos que permitam a dedicação integral de alunos e professores, nada impede que forneçam bons profissionais ao mercado. Segundo: escolas superiores não são apenas fábricas de diplomados. São, ou devem ser, centros geradores de idéias, de pesquisa, de permanente debate de suas áreas específicas do conhecimento. E, também, etapa indispensável para o mestrado e o doutorado em comunicação social.

Não afirmo que inexistem escolas nessas condições. Mas devem ser poucas. Sou forçado a essa conclusão pela experiência do contato constante com recém-formados em jornalismo. Embora uns poucos sejam até excelentes, há número assustador, cuja falta de base não permite que um jornal os aceite até mesmo para treinamento.

A obrigatoriedade do diploma contribui para isso. Sendo a escola o exclusivo meio de acesso à profissão, a exigência induz à proliferação, além da conta. E o número de escolas e de vagas acaba por corresponder à demanda dos vestibulandos, não às possibilidades de oferta de ensino de alto nível.

Pegando a questão por outra ponta, deixando de ser necessário o diploma, o número de candidatos se reduzirá, e o de escolas também. Sobreviverão aquelas que dispensem a muleta do diploma, indispensável para atrair candidatos. Como benefício extra, desaparecerá a ilusão que hoje embala muitos estudantes — a de que, tenham ou não vocação, existe um curso fácil, com muitas vagas, garantindo a entrada numa profissão que, como se vê nos filmes, é romanticamente fascinante.

Chegamos à tolice de que combater o diploma é fazer o

jogo dos patrões. Tenho há muitos anos a impressão de que uma parte indispensável do jogo dos patrões é ganhar dinheiro. Como em geral eles ganham mais dinheiro que eu, sou também forçado a admitir que não são tolos. E que já descobriram que não vale a pena comprometer vastos investimentos imobiliários e industriais montando redações compostas de profissionais medíocres. Queiram ou não, são conduzidos pela concorrência a contratar bons jornalistas.

Se os salários não atingem o nível que achamos justo, essa briga se decide pelas leis do mercado e pela capacidade de reivindicação e luta dos sindicatos. O diploma nada tem com isso.

Tem mais: creio que é natural ao jornalista procurar ter cada vez maior influência naquilo que produz. Nesse esforço, a única restrição legítima é a da lealdade ao contrato assinado; e a grande arma é a qualidade do trabalho. É fácil para o empregador livrar-se de um diplomado: há desempregados em penca para substituí-lo. Para o bom profissional, cuja eficiência ajuda a vender jornal, a conversa é outra.

De resto, essa questão da boa-fé das empresas poderá ser avaliada por critério objetivo. No momento, através de sua associação, os jornais do País anunciam a disposição de ajudar a melhorar o ensino do jornalismo. Vamos ver no que isso dará.

Finalmente, se se dispensar o diploma de jornalista, qual a qualificação necessária? Não creio que jornalismo se aprenda só na redação: um bom curso universitário ajuda, e muito. Faz falta, em qualquer publicação, a variedade de experiências de outros campos, todos eles com alguma afinidade com o jornalismo: Direito, Sociologia, História, Ciência Política, Economia. Para copiar fórmula americana, uma maneira de formar jornalistas seria completar a formação em qualquer dessas áreas com mestrado de um ano em jornalismo. Mas esta é apenas uma idéia; precisamos de muitas mais e de aceitar com humildade a convicção de todas — sem esquecer a opção do curso universitário especificamente dedicado à comunicação social.

O fundamental é que nada seja obrigatório, exceto vocação e talento. Se um candidato conseguir sair do curso secundário com bagagem suficiente para iniciar carreira, por que impedi-lo? Acho difícil que esse herói exista, mas, se existir, é preencher os requisitos de uma razoável base em Humanidades, sólido domínio do idioma e a facilidade de escrever que só a leitura constante de bons autores produz, boa sorte para ele.

Não seria justo fazer de minhas convicções (ou, talvez, de meus preconceitos) barreira intransponível para quem se prove capaz. Como não é justo que os defensores do diploma da escola de comunicação obrigatório recusem o teste à concorrência. Podem eles, de cara-limpa, definir o canudo como direito adquirido e não como prova de habilitação?

Enfim, a questão é melhorar o nível do profissional, para construir uma imprensa mais livre, mais forte e mais respeitada. Estamos deficientes nessas três frentes, e não será mantendo estreita a boca do funil, em nome de um corporativismo estéril, que iremos adiante.